

A história e seu desenvolvimento disciplinar

History and its disciplinary development

Historia y su desarrollo disciplinario

Recebido: 29/03/2020 | Revisado: 29/03/2020 | Aceito: 01/04/2020 | Publicado: 11/04/2020

Gabriela Luz Saraiva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6957-799X>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: gabrielasaraiva163@gmail.com

Valéria Iensen Bortoluzzi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4268-2209>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: valeria.bortoluzzi@gmail.com

Denize Foletto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3810-8362>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: denize.foleto@ufn.edu.br

Leonardo Guedes Henn

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0840-1189>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: lghenn@gmail.com

Resumo

A História é um campo de estudos rico e fértil, pois possibilita um estudo detalhado de conhecimento identitário, cultural e social. Esta, como ciência, se constrói por um imenso leque de temáticas distribuídas sob variadas vertentes. Uma vez que as fontes documentais são permeadas de discursos, elas são, então, materializadas em alguma forma de linguagem. Enquanto fenômeno social, a linguagem será sempre discurso, uma vez que sua expressão é permeada por significados individuais e coletivos. O objetivo deste artigo é discutir como a história se desenvolve enquanto disciplina, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para podermos discutir, buscamos uma base metodológica pelo viés da Análise Crítica de Discurso (doravante ACD), uma abordagem teórico-metodológica que sistematiza a Teoria Social do

Discurso, ao fornecer subsídios científicos para estudos qualitativos e que têm no texto o principal material de pesquisa.

Palavras-chave: Discurso; História; Análise Crítica do Discurso.

Abstract

History is a rich and fertile field of study, as it enables a detailed study of identity, cultural and social knowledge. This, as a science, is built by an immense range of themes distributed under various aspects. Since documentary sources are permeated by discourses, they are then materialized in some form of language. As a social phenomenon, language will always be discourse, since its expression is permeated by individual and collective meanings. The aim of this article is to discuss how history develops as a discipline, through bibliographical research. In order to discuss, we seek a methodological basis for the bias of Critical Discourse Analysis (hereinafter ACD), a theoretical-methodological approach that systematizes the Social Theory of Discourse, by providing scientific support for qualitative studies and that have in the text the main research material.

Keywords: Discourse; History; Critical Discourse Analysis.

Resumen

La historia es un campo de estudio rico y fértil, ya que permite un estudio detallado de la identidad, el conocimiento cultural y social. Esto, como ciencia, está construido por una inmensa gama de temas distribuidos bajo diversos aspectos. Dado que las fuentes documentales están impregnadas por discursos, luego se materializan en alguna forma de lenguaje. Como fenómeno social, el lenguaje siempre será discurso, ya que su expresión está impregnada de significados individuales y colectivos. El objetivo de este artículo es discutir cómo la historia se desarrolla como una disciplina, a través de la investigación bibliográfica. Para discutir, buscamos una base metodológica para el sesgo del Análisis crítico del discurso (en adelante ACD), un enfoque teórico-metodológico que sistematiza la Teoría Social del Discurso, proporcionando apoyo científico para estudios cualitativos y que tienen en el texto el principal material de investigación.

Palabras clave: Análisis crítico del discurso; Discurso; Historia.

1. Introdução

A História, como ciência, se constrói com um imenso leque de temáticas distribuídas sob variadas vertentes, sendo um campo de investigação rico e fértil, pois possibilita um estudo detalhado de conhecimento identitário, cultural e social de uma comunidade. De acordo com Neves (2005), História é uma palavra de origem grega, cujo significado é procurar, investigar. Ainda sobre o conceito de História, para Aróstegui (2006), a palavra História designa duas realidades distintas: (1) a História como realidade na qual o homem¹ está inserido, o conhecimento, o registro das situações e os sucessos que assinalam e manifestam essa inserção, e também (2) a pesquisa, como o termo *istorie*, empregado por Heródoto, significando o transcurso temporal das coisas. White (1973) também assinala que o termo História se aplica aos acontecimentos do passado, ao registro de cadeias destes acontecimentos, interligando o presente e o passado por meio da pesquisa. Podemos compreender, então, que a História é a pesquisa, a compreensão e a busca por entender o passado e responder questões do presente.

Atualmente, a definição de História se encontra ampliada, passando a englobar o conceito de fonte histórica, entendido como vestígios de diversas naturezas deixados por sociedades do passado. Por essa razão, o historiador deve dominar métodos de interpretação que permitam criticar e historicizar as fontes.

Para Pinsky (2005), as fontes históricas são os objetos de estudo dos historiadores, que se apropriam desses objetos por meio de abordagens específicas, métodos e técnicas variadas para tecer seus discursos históricos. Vale ressaltar que uma das principais fontes utilizadas pelo historiador é a fonte documental, que serve como aporte da escrita para trabalhos historiográficos.

O historiador, segundo Le Goff (2003), analisa um fato ocorrido e o relata por meio do documento que comprova os acontecimentos. Todavia, é necessário questionar a fonte documental, pois essa é carregada de significados, e o processo de análise dos documentos deve ser entendido como memória de uma fonte que transmite um fato que ocorreu no passado. O autor ressalta que os documentos, ao longo de sua trajetória, sofrem alterações, interrupções, acréscimos e decréscimos, que propiciam uma possível alteração do seu

¹ A palavra “homem” é utilizada neste artigo como sinônimo de ser humano ou humanidade.

discurso original. Acerca disso, Le Goff (2003, p. 548) afirma que “O documento não é inócuo”.

Como a História pode ser considerada um relato a partir das fontes, podemos compreender que as fontes documentais são permeadas de discursos, elas são, então, materializadas em alguma forma de linguagem. Muitas são as concepções de linguagem, mas, para a Análise Crítica do Discurso,

A linguagem deve ser considerada um fenômeno social, capaz de expressar, de forma sistemática, os significados e valores específicos de grupos sociais, indivíduos e instituições por meio de textos, considerados como unidades de linguagem relevantes na comunicação, que não são recebidos de forma passiva pelos leitores (Wodak, 2002, *apud* Bortoluzzi, 2008, p. 18).

Enquanto fenômeno social, a linguagem será sempre discurso, uma vez que sua expressão é permeada por significados individuais e coletivos.

Considerando o contexto apresentado, o objetivo deste artigo é discutir a relação entre História e Discurso por meio de uma pesquisa bibliográfica que, conforme Michel (2009), procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Tais referências trazidas nesta discussão buscam a relação entre História e Discurso.

2. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa. Conforme Michel (2009), a pesquisa qualitativa propõe-se a conhecer com maior profundidade uma situação, um problema, em que o pesquisador interpreta, discute e correlaciona dados obtidos, com o intuito de criticar e avaliar um grupo de pessoas, uma amostra, gerando um perfil coletivo e qualitativo acerca da variável analisada.

Para tanto utilizaremos a Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem teórico-metodológica que se debruça sobre a linguagem para analisar os discursos presentes nas práticas sociais. Segundo Fairclough (2003a), a ACD permite uma análise transdisciplinar ao dialogar de forma articulada com a análise político-econômica e sociológica de vários tipos. E acrescenta, ainda, que a ACD, como método de análise, pode utilizar os métodos empregados em qualquer área da pesquisa na qual se estrutura.

3. A História como Ciência

Para caracterizar a História como ciência, mesmo que de forma bastante simplificada, é necessário entender os métodos que são utilizados para a construção do conhecimento científico. A História mostra que grandes descobrimentos foram trazidos à consciência de diferentes formas, mas que remetem sempre a uma pergunta-chave que serve como base para a pesquisa histórica. Neste sentido surge a Ciência Histórica que, no início do século XIX, foi elaborada como uma ciência social ou ciência do homem.

Para que sejam entendidos os conceitos de História como ciência, com mais clareza se enfatiza o século XIX, que é considerado por muitos historiadores, inclusive Le Goff (2003, p. 19), como o século da História. Isto porque, segundo Le Goff (2003), as doutrinas que privilegiam a História dentro do saber têm uma função de historicidade; elas permeiam o estudo histórico, dando relevância a determinados modos de produção, desenvolvimento econômico e classes sociais, que se destacam ao longo do processo histórico.

Do ponto de vista epistemológico, a historicidade possibilita refutar, no plano teórico, a noção de sociedade sem história. De acordo com Certeau (1970, p. 484, *apud* Le Goff, 2003, p. 19), é possível observar que “há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma “práxis social””.

No campo da História, institucionalmente profissionalizada a partir do século XIX em uma Teoria da História, pode-se falar que emergem os primeiros paradigmas historiográficos: o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico. Barros (2013) explica que ou um paradigma historiográfico corresponderá a uma certa visão histórica do mundo, ou mesmo a uma determinada visão sobre o que vem a ser História. O autor propõe que, dependendo de sua filiação teórica, o historiador verá o mundo, pensará a historiografia de um modo específico. É a partir de um determinado paradigma que o historiador torna sua percepção de mundo uma análise discursiva do que os fatos históricos representam (Barros, 2013).

Nesse sentido, a Teoria da História construiu um campo de estudos fundamental para a formação do historiador. Por meio dela, é possível desenvolver uma consciência historiográfica relacionada ao ofício de historiador, com a utilização de conceitos e hipóteses, ou a compreensão das relações da História com o tempo, com a memória ou com o espaço.

A historiografia, ou a história que se escreve, se relaciona com o contexto social em que é produzida, assim há um diálogo entre o historiador e o mundo em que vive, com seus

problemas e desafios, lutas e utopias, influenciando a forma como se reconstrói e se interpreta o passado. Por isso, nenhuma obra de história é objetiva no sentido de ser neutra, isenta, livre de paixões e pressões de seu tempo, como mostram as palavras de Schüler (2000, p. 11): "não apagamos as marcas do lugar em que estamos. Nossa situação no tempo e no espaço faz a diferença. A diferença faz-nos falar". O trabalho do historiador, seja na pesquisa, seja na docência, não estabelece verdades absolutas, definitivas e acabadas.

A historiografia refere-se à visão dos acontecimentos apreendidos pelo historiador, o que põe fim à ilusão tão disseminada de que o mesmo registra verdades absolutas. A visão do historiador procura saber do sujeito, o acontecimento que se desenvolve na realidade do mundo, busca identificar e explicar as atividades humanas. A compreensão e o conhecimento histórico resultam do modo como as pessoas captam, interpretam e apresentam o processo histórico. Logo, o conteúdo do saber histórico sempre comporta uma pluralidade de enfoques, além de reavaliações, uma vez que o conhecimento histórico não é uma doutrina.

Ao definir a História como ciência, é preciso entender e reconhecer que existe uma Teoria da História que parte dos positivistas e chega à contemporaneidade. Há historiadores que entendem a História como um conhecimento produzido, e outros que rejeitam a sua cientificidade e não deixam de transmitir uma reflexão sobre a Teoria da História pelo fato de se permitirem fazer perguntas epistemológicas fundamentais, tal como Barros (2013) coloca em seus estudos. Mesmo existindo várias perspectivas sobre Teoria da História, é possível perceber que, por mais que alguns autores rejeitem o fato de existir uma Teoria da História, não deixam de refletir sobre o que torna possível o conhecimento historiográfico.

O contexto da cientificidade histórica abre-se na passagem do século XVIII para o século XIX, no qual a História passa a ser entendida como ciência e começa a emergir a possibilidade de uma Teoria da História. Segundo afirma Barros (2013), no interior desta efervescente discussão teórico-metodológica, a cientificidade histórica abre espaço para reflexões acerca da história em espaços coletivos, constituindo aspectos que irão consolidar a historiografia.

As propostas lançadas foram escritas a muitas mãos e as mesmas teorias históricas tornaram-se espaços coletivos de reflexão. Nesta perspectiva, segundo Barros (2013) "As teorias da história levam a um contraste entre a postura do filósofo da história e aquela que será a do historiador ou cientista social que se vincula a uma teoria da história".(Barros,2013,p.66).

A preocupação com a historiografia e com a escrita da História é constante para o historiador, que se dedica a estudá-la e torná-la acessível e conhecida enquanto processo histórico, para tentar descobrir o propósito que se esconde por trás da História (Hegel, 2001).

O pensar sobre a História, para os grandes filósofos da história, gerou estranhamento entre os historiadores, pois suas perspectivas e objetivos divergiam de acordo com os paradigmas usados. Ao mesmo tempo, contribuíram muito para esclarecer diversas questões. Uma das indagações é em relação ao conceito de História como forma específica de conhecimento produzido pelos historiadores e a história como processo vivido ou a ser vivido pelos homens de uma forma geral. Isso remete à ideia de que, realmente, a História é um processo onde as relações de poder, modo de produção e aspectos sociais e econômicos estão sempre presentes no que se refere ao fato histórico propriamente dito.

Além disso, percebe-se que a história (e seu conhecimento) pode também ser acessível e estar inserida no âmbito disciplinar, sem deixar de ser uma ciência com paradigmas e teorias que a circundam. Estes paradigmas e teorias que circundam a História vêm acompanhados de um método, ou, como se costuma chamar, metodologia. Primeiramente, “método” é definido como todo procedimento científico utilizado para obter conhecimento por meio de determinados passos que asseguram o alcance daquilo que se pretende conhecer ou explicar.

O método historiográfico possui todas estas características e faz com que surja a metodologia, que vem a ser a arte de aprender, descobrir e analisar os pressupostos e procedimentos lógicos em que se baseia a pesquisa. Portanto, é possível entender o método como uma continuação da metodologia, buscando criar regras para o entendimento e esgotamento das várias possibilidades interpretativas da História (Barr, 2013).

A diferença entre os termos “teoria” e “metodologia”, segundo Barros (2013), mostra que se deve ter um cuidado muito especial para diferenciá-los, sendo tal cuidado pertinente e necessário, pois não é rara a confusão entre Teoria da História e Metodologia da História. A teoria remete a uma maneira específica de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados. A teoria remete, ainda, aos conceitos e categorias que são empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade.

Já a metodologia remete sempre a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais. A metodologia vincula-se a ações concretas mais do que ao pensamento, remete à ação e à prática. É preciso

entender, no entanto, que é frequente que uma decisão teórica possa encaminhar um tipo de decisão metodológica, ou vice-versa (Barros, 2013). O Materialismo Histórico, por exemplo, é referido como

[..] um campo teórico-metodológico, uma vez que enxergar a realidade histórica a partir de certos conceitos, como a “luta de classes” ou como os “modos de produção”, também implica necessariamente uma determinada metodologia direcionada à percepção dos conflitos, das relações entre condições concretas imediatas e desenvolvimentos históricos e sociais. Uma certa maneira de ver as coisas (uma teoria) repercute de alguma maneira numa determinada maneira de fazer as coisas em termos de operações historiográficas (uma metodologia) (Barros, 2013, p. 73).

A teorização histórica reforça o conhecimento científico da História, pois, conforme mostra Barros (2013), antes do século XVIII, havia uma historiografia, mas não se pode falar que existia uma Teoria da História, já que, para ele, tanto as filosofias da História quanto as teorias da História são enunciadas em uma nova era historiográfica, que data da passagem do século XVIII para o XIX, existindo cumplicidades e diferenças entre ambas. Tem-se, então, a historicidade, que, para Le Goff (2003), possibilita a entrada de novos objetos da História no campo da Ciência Histórica.

Todavia, essa abertura para novos objetos da História, na concepção de Le Goff, acaba por descaracterizar o ideal que se tem de História, ou, em suas palavras “[...] a historicidade exclui da História com H maiúsculo: Tudo é histórico, logo a história não existe” (Le Goff, 2003, p. 19). Neste sentido, surgem, no século XIX, os paradigmas que buscam o desenvolvimento do fato histórico. O primeiro paradigma ou linha teórica que vem juntamente com o surgimento da História como ciência é o Positivismo, que herda alguns dos seus traços centrais do Iluminismo do século XVIII, sendo um deles a ambição de encontrar leis gerais, ou os padrões que a diversidade da experiência histórica poderia encobrir, em que o ideal iluminista de Progresso e o conceito de Ordem dão origem ao seu objetivo que era a conciliação de classes, a dominação de uma classe em relação a outra, empreendida pelas classes industriais. O Historicismo, outro paradigma teórico, surge como contraponto ao Positivismo, desenvolvendo um rigoroso método de crítica da documentação histórica como base para trazer cientificidade às reconstituições históricas.

No final do século XIX, surge um paradigma histórico bastante revolucionário, que traz uma nova perspectiva da História. O Materialismo Histórico, que se fundamenta nas obras de Marx e Engels, propõe um método de análise baseado na dialética, ou seja, uma ideia

de contradição inerente a toda realidade, tese e antítese e sua superação e uma nova síntese. Para seus fundadores, essas contradições não se produzem no movimento das ideias, mas nas condições materiais básicas, por meio das relações de produção que são as categorias definitivas de cada etapa histórica. Essas ainda são um reflexo do estado das forças produtivas, que não estão necessariamente sujeitas umas às outras de forma que, em determinadas conjunturas históricas, ambos os elementos entram em conflito, o que dá lugar às mudanças históricas (Barros, 2013). Do ponto de vista do materialismo histórico, as ideias de toda ordem não se desenvolvem por si mesmas como entidades substantivas, condenadas em Ser e Saber, sendo que o desenvolvimento das ideias está sintetizado na ideologia, levando em conta a primeira e máxima ilusão própria da ideologia, que,

[...] consistia em atribuir ao homem a criação da história dos homens. Sob o prisma ideológico é que a história se desenvolve com realização da ideia absoluta, da consciência crítica, dos conceitos e da liberdade e justiça e assim por diante. Ora, tais ideias não possuem existência própria, mas são derivadas do substrato material da História (Marx & Engles, 2001, p. 23).

Ao contrário, haveria uma racionalidade a ser percebida, uma lógica interna ao desenvolvimento do mundo humano, da qual os milagres estariam necessariamente excluídos. O real, para Hegel, é racional. E o racional é real.

Entre os anos 30 e 80 do século XX, a historiografia² realizou muitos avanços, dos quais surgiram duas novas correntes teóricas, a escola do *Annales*. Nascida pelas mãos de Marc Bloch e Lucien Febvre com a criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, contribuiu para a renovação da historiografia acadêmica, pois buscava a recusa da história superficial e simplista que se detinha na superfície dos acontecimentos. Essa escola significou também o desenvolvimento de novas temáticas e novos tipos de fontes e grande atenção ao não condicionante não histórico da História. Nos anos de 1970, surge a Nova História, que busca uma história das minorias. Esta trabalha no intuito de sair do micro para o marco, através de temas como a História das Mulheres, a História das Mentalidades, a História Cultural, História Rural, a História da Loucura entre outras que compõem a História de maiorias e minorias. Entre outros ainda não reconhecidos, tais temas passam a ser tratados e abordados como uma problemática que tem relevância nas relações de poder, meios de

² Historiografia: Na visão de Árostegui é utilizada como nome da Disciplina, pois o autor considera que a História é o objeto da Ciência, não devendo ser, conseqüentemente, o seu nome. Sendo assim o autor utiliza com o sentido de História da História o termo "produção historiográfica", não sendo esta posição usual entre historiadores

produção, economia e sociedade. Estudar a história não pode se limitar ao estudo da política, da administração, das guerras, da economia, entre outros. É preciso considerar o pensamento simbólico tão caro à antropologia, assim como o significado das festas, dos rituais e de suas produções artísticas, refletindo também sobre os aspectos da vida cotidiana, o que permanece e o que se transforma.

4. A História como Disciplina

A História, a partir do século XIX, passou a ter uma organização que a levou para as universidades, processo iniciado pela Alemanha. O estudo sobre a História se mostra indispensável quando se pensa a escola não só como reprodutora, mas também como produtora de conhecimentos. Entendendo a instituição escolar como uma instância formal, produtora de cultura escolar, diferentes objetos de estudos colocam-se à disposição na defesa de tal ideia, com uma fertilidade ímpar, como a História do Currículo. A historiografia tem registrado que, a partir dos anos 1990, a História da Educação adquiriu um novo status, um novo perfil, delimitando suas fronteiras em relação ao campo da Filosofia da Educação e aproximando-se, aos poucos, do campo da História.

É nesse contexto que surge a disciplina escolar e acadêmica de História, que, com características diferentes da ciência historiográfica, surge para permitir a análise de fatos e acontecimentos de forma crítica e o entendimento do mundo e da sociedade onde estamos inseridos. A partir da reestruturação do campo disciplinar da História da Educação e do rompimento com o seu modelo fundador, abriu-se, aos olhos dos pesquisadores, para uma multiplicidade de novos objetos e temas de pesquisa, com novas e diversas possibilidades de interpretações e de leituras.

Pierre Bourdieu, um desses pesquisadores, dedicou-se a investigar temas que estão mais próximos da Antropologia e, principalmente, da Sociologia. Para Bourdieu (2000), a noção de “campo” compreende as possibilidades de identificar as crenças, os valores, o *habitus*, que construíram e edificaram os campos. É perceber o jogo de expressões próprias, é “explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir” (Bourdieu, 2000, p. 69).

Como campo disciplinar, a disciplina de História requer certos conjuntos de práticas e concepções. Barros (2011, p. 253) explica que todo campo disciplinar, seja ele de qualquer

ciência, possui uma história e se modifica com o tempo, conjuntamente com suas práticas e objetos. Ainda assim, o olhar que se deve ter não poderá deixar de ser um olhar de historiador. Para Barros (2011, p. 253-4), “Um campo disciplinar é histórico mesmo no que se refere às suas regras, que podem ser redefinidas a partir de seus embates internos, em alguns casos”. Assim, o autor é bastante instrutivo na sua tentativa de reflexão sobre quais elementos são necessários para que exista uma disciplina ou um campo disciplinar: “O campo disciplinar é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (Bourdieu, 2003, p. 29, *apud* Barros, 2011, 254).

Logo, para que haja um campo disciplinar, deve haver um campo de interesse com suas singularidades, ou seja, aquilo que define a disciplina, juntamente com o campo de saberes que leva ao aspecto expressivo, ou seja, o discurso que culmina no aspecto metodológico e teórico que leva às considerações de diálogos interdisciplinares gerados pela rede humana com um olhar sobre a própria disciplina. Não se pode esquecer que um certo nível de profundidade surge para que a disciplina tenha identidade própria e singularidades. Toda a disciplina é constituída, antes de tudo, por campo de interesses, por exemplo, a História, que estuda aquilo que é humano e as mudanças dos níveis no tempo e no espaço que ocorrem na história.

A concepção de disciplina escolar não é simples e remete a questões meramente acadêmicas e teóricas, mas relaciona-se também com concepções mais complexas sobre escola e saber produzidos e transmitidos com o papel de poder do professor e dos sujeitos externos na concepção escolar e do conhecimento escolar. Os debates em torno da concepção de disciplina escolar estão sendo realizados por franceses e ingleses, com divergências significativas e importantes, sendo que, para alguns destes pesquisadores, a disciplina escolar decorre da ciência erudita de referência, dependendo sempre da produção universitária. Essa abordagem considera a disciplina escolar dependente do conhecimento erudito ou científico, o qual, para chegar à escola, vulgariza-se, necessita da didática, encarregada de realizar a transposição (Bitencourt, 2005, p. 36). Consequentemente, uma boa didática tem como objetivo fundamental evitar o distanciamento entre a produção científica e o que deve ser ensinado, além de criar instrumentos metodológicos para transpor o conhecimento científico para a escola da forma mais adequada possível, consolidando-se como transposição didática, dentro da disciplina escolar.

Outro ideário sobre o conhecimento escolar é a existência de uma hierarquia de conhecimento, estando a disciplina escolar em uma escala inferior, como saber de segunda classe. Assim, nesse conceito, escola é o lugar de recepção e de reprodução do conhecimento externo, variando sua eficiência pela maior ou menor capacidade de transpô-lo e reproduzi-lo adequadamente.

No entanto, os pesquisadores Goodson (1990) e Chervel (1990), têm uma visão diferenciada da disciplina escolar, que não se constitui pela “simples transposição didática” do saber erudito, mas por intermédio de uma teia de outros conhecimentos, havendo diferenças mais complexas entre duas formas de conhecimento, o científico e o escolar. Um ponto inicial a ser considerado é o fato de aquela abordagem acentuar a hierarquização de saberes como base para a constituição de conhecimento para a sociedade, tendo essa hierarquização do conhecimento conotação social mais ampla e não estando limitada apenas a considerações de ordem epistemológica.

A concepção da disciplina escolar relaciona-se ao papel do conhecimento como instrumento de poder de determinados setores da sociedade. As críticas à “transposição didática” não se restringem ao estatuto epistemológico das disciplinas escolares, mas incidem igualmente sobre o papel que tendem a desempenhar na manutenção das desigualdades sociais. Chervel (1990), o crítico mais contundente da concepção de transposição didática, sustenta que a disciplina escolar deve ser estudada historicamente, contextualizando o papel exercido pela escola em cada momento histórico. Ao defender a disciplina escolar como entidade epistemológica relativamente autônoma, esse pesquisador considera as relações de poder intrínsecas à escola. É preciso deslocar o acento das decisões, das influências e de legitimações exteriores à escola, inserindo o conhecimento por ela produzido no interior de uma cultura escolar (Bitencourt, 2005, p. 38).

A História, bem como seu conhecimento, não se limita a falar apenas dos fatos e documentos que comprovam a existência dos fatos. É preciso olhar a História como uma conexão com os sujeitos agentes e os fatos que são produzidos por esses sujeitos, para a busca de um entendimento à interpretação dos fatos. A partir deste princípio de análise factual, são utilizados conceitos e noções que tornam e organizam de forma inteligível tais fatos, fazendo “o historiador conhecer o dado bruto e substituí-lo por sistemas de conceito elaborados pelo espírito” (Marrou *apud* Bitencourt, 2005, p. 183).

No que se refere à análise e interpretação dos acontecimentos históricos, o historiador defronta-se com conceitos e categorias, tendo como tarefa selecionar os conceitos-chave, contextualizá-los e utilizá-los na organização e sistematização dos dados empíricos. Ao mesmo tempo, este historiador encontra dificuldades diante dos conceitos e categorias de análise a serem selecionados e explicitados, como afirma Bitencourt (2005, p. 192): “ao empregar conceitos específicos para compreensão dos períodos históricos, muitos destes conceitos vão designar povos, grupos sociais, sociedades, nações dentre vários outros que fazem parte da História”.

Tem-se, então, a necessidade de aproximar o conhecimento do senso comum com o conhecimento científico que serve para que ocorra um processo de aprendizagem diferenciado do que ocorre na academia, requerendo procedimentos metodológicos específicos. Conforme Bitencourt (2005, p. 193),

No que tange a aprendizagem acadêmica, o processo do conhecimento científico ocorre de maneira articulada aos conceitos espontâneos, onde são empregados com frequência para tornar o objeto histórico inteligível. Descrevendo-o com precisão pois, são expressões conhecidos por todos e seu uso torna-se arriscado, em razão do significado que assume em cada época.

O procedimento histórico comporta a preocupação com a construção, a historicidade dos conceitos e a contextualização temporal. O passado está incorporado aos nossos conceitos e nos dá um conteúdo concreto, e só pode ser reconstruído em função das questões colocadas no presente, manipulando características essenciais do tempo: sucessão, duração e simultaneidade. Todo conteúdo é criado, datado, e tem sua história.

Tradicionalmente, o uso de fontes e documentos tem destacado, exemplificado, descrito e tomado inteligível o que o professor fala. A partir das renovações teórico-metodológicas, o uso escolar do documento passou a estimular a observação do aluno, e a ajudá-lo na reflexão, na análise, na observação e na descrição dos fatos históricos. A História introduz, assim, o método histórico na escola e desenvolve o espírito crítico, diminuindo a distância entre a história que se ensina e a história que se escreve. Também propõe a diferenciação entre fontes ou documentos com a finalidade de transmitir os conteúdos do saber disciplinar, como textos e filmes, de documentos com finalidades didáticas como suportes informativos, descritivos, analíticos ou sintéticos, com a intenção de comunicar elementos do saber disciplinar.

5. História como Discurso

O discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas e das estruturas semiológico-narrativas. Mas, afinal, o que é o discurso propriamente dito? De acordo com Fairclough (2001), o discurso é entendido como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, onde o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial, está propenso ao amoldamento ideológico e linguístico, quanto age como transformador de suas próprias práticas discursivas, contesta e reestrutura as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Sendo assim, ora o sujeito se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, resignificando-as e reconfigurando-as.

Um conceito chave quando tratamos de discurso é o de ideologia, que segundo autores como Pêcheux,1990; Thompson,1995 e Foucault,1996, é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a sua ordem social.

Na visão do materialismo histórico, a ideologia é um conjunto de proposições elaborado na sociedade burguesa com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe. A ideologia torna-se um dos instrumentos da reprodução do status quo e da própria sociedade. Seu principal método de veiculação é o discurso, através do qual uma série de proposições nunca falsas sugere várias outras. Assim, a linguagem é determinante e determinada em última instância pela ideologia, pois há uma relação direta entre as representações ideológicas e a língua, visto que a ideologia só pode ser difundida através do discurso imposto pelas classes dominantes, onde a essência do discurso é o não dito, mas sim o sugerido.

Do ponto de vista materialista, o sistema hegeliano deveria ser revisado, pois as ideias de toda ordem não se desenvolviam por si mesmas como entidades substantivas, condenadas em Ser e Saber, sendo que o desenvolvimento das ideias é sintetizado na ideologia, levando em conta a primeira e máxima ilusão própria da ideologia, que

[...] consistia em atribuir ao homem a criação da história dos homens. Sob o prisma ideológico é que a história se desenvolve com realização da idéia absoluta, da consciência crítica, dos conceitos e da liberdade e justiça e assim por diante. Ora, tais idéias não possuem existência própria, mas são derivadas do substrato material da História (Marx & Engels, 2001, p. 120).

O discurso histórico utilizado pelo historiador ao analisar os fatos se fortalece na problematização analítica de seus instrumentos de trabalho, ou seja, o documento que, utilizado como fonte histórica, contribui para o amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa histórica. A análise documental de que dispõe o historiador para trabalhar suas fontes históricas se faz necessária para comprovação de fatos e noção de discurso, pois tais concepções revelam uma perspectiva a partir da qual os documentos serão lidos e analisados. Nesse sentido, a historiografia do século XIX e XX nos oferece um conjunto de discussões epistemológicas sobre o tratamento documental que atua como parâmetro para repensar a prática do historiador e suas diretrizes da pesquisa histórica na contemporaneidade.

Assim, temos uma percepção dos limites da análise documental e da compreensão sobre o passado, sem que o historiador se esquive dos questionamentos que envolvam sua atividade de pesquisa, não sentindo-se em uma posição desconfortável frente às demais ciências sociais em razão das críticas atribuídas ao discurso histórico. Pode-se dizer que a historiografia, começa a delinear as particularidades da narrativa histórica e a singularizá-la em relação às demais narrativas, no que diz respeito à escrita do discurso histórico, na Antiguidade Clássica, que priorizava a busca da verdade histórica. Essa busca era crucial, pois pretendia resgatar as experiências humanas de um passado recente por meio de testemunhos, que conferissem veracidade à narrativa histórica preconizada por Heródoto (Gagnebin, 1992). Já a busca pela veracidade narrativa idealizada por Tucídides, mostrava a fragilidade da memória das testemunhas, para recuperação dos acontecimentos. Gagnebin (1992, p. 19), partindo dessa perspectiva declara que, nem sempre os relatos das testemunhas eram os fatos fielmente ocorridos, pois neste processo há a memória e a simpatia ou não do fato ocorrido, tornando a memória desprovida de autenticidade.

Neste sentido, pode-se dizer que a memória histórica nem sempre é fiel aos acontecimentos, mas que pode instruir e ajudar no entendimento do presente. Uma vez que, o discurso utilizado para narrar os fatos compartilha da mesma concepção de linguagem, que valoriza o sentido da palavra como meio de assegurar a verdade sobre a narrativa histórica e suas características. Esse código linguístico projeta a realidade social, na qual o sujeito ou o fato está inserido, tendo-se o registro da memória, que é valorizado pela tradição racionalista.

No processo de que a linguagem e a memória, formam o discurso histórico, segundo a linguista Deise Cristina de Lima Picanço (2006) houve, entre os séculos XVIII, XIX e XX, o entendimento de que a linguagem e o sujeito que a usa, estabelecem espaços de racionalidade tornando a concepção de linguagem o reflexo do real social. Estabelece-se, dessa forma, o discurso histórico apoiado na ideia de que, o código discursivo garante o dizer e o entendimento da mensagem e da informação. Isto faz com que as análises documentais coincidam com o processo de decodificação das palavras, representando o dado linguístico para as pesquisas em história.

Mas, segundo Ricoeur (2007), a noção de linguagem e de código linguístico segue sem alterações e sua relação entre linguagem e sociedade é “não-problemática”, tornando a linguagem o retrato da sociedade. Neste sentido, a linguagem é transparente, e o discurso reflete, por extensão, a realidade social por intermédio do pensamento individual, uma vez que para Picanço (2006), essa noção de discurso se transporta a muitas correntes que estudam o aspecto discursivo da linguagem hoje. Para Le Goff (2003), a concepção de linguagem ambicionava conferir a história um sentido secularizado pela ideia de progresso e empreendimento que se consolidava por meio de práticas científicas que a identificavam com a realidade, e não só com a verdade (historicismo) e com a práxis (marxismo). Mas, os acontecimentos se tornam inteligíveis apenas em virtude do momento histórico em que ocorrem, e que a ciência histórica dispõe de procedimentos lógicos (científicos) para explicar o que acontece (Nadel, *apud* Le Goff, 2006).

Neste sentido a história depende do discurso para identificar a realidade e se necessário refutá-la, pois a verdade é interpretativa e não lógica, uma vez que tem relação com a linguagem e a sociedade retratada.

6. Considerações Finais

O presente artigo pretende contribuir para uma melhor análise da disciplina de história uma vez, que percebemos os sujeitos históricos como analistas de suas próprias experiências sociais, capazes de compreender, refletir e de agir conforme Thompson (1995), sendo que esta reflexividade do sujeito acontece no percurso histórico.

Podemos assim, compreender que as fontes documentais são permeadas de discursos, elas são, então, materializadas em alguma forma de linguagem.

Muitas são as concepções de linguagem, mas a linguagem deve ser considerada um fenômeno social, capaz de expressar, de forma sistemática, os significados e valores específicos de grupos sociais, indivíduos e instituições por meio de textos. Adicionado a isso, métodos de crítica aos documentos que pertencem ao rol de aspectos discursivos que caracteriza o debate metodológico que circundava a crítica aos documentos.

Nessa perspectiva, ao analisar a pesquisa histórica no tocante a linguagem e sobre o sujeito que a usa, é possível constatar que os pensadores de forma geral, compartilham a crença na concepção de linguagem como reflexo do real social, já que à linguagem estabelece os espaços de racionalidade.

Concluimos que, com relato sintético procedente de um trabalho investigativo, contribuimos para que haja um olhar diferente sobre a disciplina de história e a Ciência histórica, mostrando seus diferentes discursos e suas diversas linguagens para garantir a todos o conhecimento que se faz necessário para a disciplina.

Referências

Arostegui, J. (2006). *Pesquisa histórica: Teoria e Método*. Bauru, SP: Edusc

Barros, J.C.A. (2014). *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bittencourt, C. M. F. (2008) *Ensino de história: fundamentos e métodos*. (2.ed.). São Paulo: Cortez.

Bortoluzzi, V. I. (2008) *Que justiça é essa? Aspectos Teóricos – Metodológicos da Investigação de Representação Discursiva da Justiça em Acordões de Habeas Corpus e Cartas do Leitor*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Certeau, M. (1982) *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*. (15.ed.). São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Gagnebin, J.M.(2006) *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Imago,2006

Goodson, F. I.(1990). *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis, RJ:Vozes.

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

Hegel, F. (2008). *Filosofia da história*. Brasília, DF: UNB (original: 1831).

Marx, K.& Engeles, F. (2001) *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

Michel, M. H. (2015) *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração e trabalhos monográficos*. (3ª. ed.). São Paulo: Atlas.

Neves, F. M. (2005) *História da Educação no Brasil: Considerações historiográficas sobre a sua constituição*. In: Rossi, E. R.; Rodrigues, E.; & Neves, F. M. (org.). Fundamentos históricos da educação no Brasil. Maringá: EDUEM.

Picanço, D. C. de L.(2006). *Discurso, Linguística e História: Diálogo entre a Linguística e a Teoria de História, através da Análise do Discurso*. Tese (Doutorado em letras). Universidade Federal do Paraná.

Pinsky, C. B.(2005). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.

Pêcheux, M.(1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.(2. ed.)
Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Unicamp.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.

Schüler, D. (2000). *Heráclito e seu (Dis)Curso*. Porto Alegre: L&Pm.

Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.

White, H. V. (1973). *Metahistory: the Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Gabriela Luz Saraiva – 25%

Valéria Iensen Bortoluzzi – 25%

Denize Foletto – 25 %

Leonardo Guedes Henn – 25%